

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39435	52112/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Vasconcelos Barros Rodrigues (1/1)
Presidente da Câmara Municipal
Data: 2025-07-12 12:02:55
HASH: 727afaeef1a2803776c4ee6e9c031f9



PROPOSTA DE DECISÃO PRELIMINAR

Processo: 48382/2025

Resolução com número e data apresentados na margem

Procedimento: Fiscalização de ocupação de espaço público

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Notificação ao proprietário para proceder à regularização ou remoção da OEP – painel publicitário

Técnica Responsável:

Agente de Fiscalização:

Local: Largo de S. Francisco, UF de S. José de Lazaro e S. João do Souto

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2025/39178 de 28 de Novembro de 2025.

RESOLUÇÃO

Na sequência da informação prestada pela Agente de Fiscalização que, em deslocação ao local a 11/11/2025, constatou que se encontrava instalado, em ocupação de espaço público, um (1) painel publicitário, sem que para tal o proprietário detivesse o necessário título, foi elaborada a respetiva Participação (PI-951-2022), de modo a que o Departamento Jurídico instaure os competentes processos contraordenacionais.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que se determine a notificação do proprietário /explorador informando de que dispõe do prazo máximo de cinco (5) dias para proceder à regularização ou remoção voluntária dos painéis publicitários (**anexar fotos**), porquanto tais factos violam o disposto no Código Regulamentar do Município de Braga (CRMB), consubstanciando um ilícito contraordenacional previsto e punido nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo I/30.º e da alínea b), do n.º 1, do artigo I/31.º, ambos do CRMB.

Caso, no prazo definido, os factos em causa não sejam voluntariamente removidos, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo imputadas ao proprietário todas as despesas realizadas

À superior consideração da Diretora do Departamento de Fiscalização,



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

